



A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL ESCOLAR

Valdeney Lima da Costa¹

Flávia Russo Silva Paiva²

INTRODUÇÃO

O Programa Escola de Tempo Integral constitui uma das políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC), instituído pela Lei nº 14.640/2023. Essa normativa visa fomentar a ampliação de matrículas em tempo integral nas redes públicas estaduais e municipais, em consonância com a Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (Brasil, 2023).

A partir da adesão a essa diretriz, diversas unidades escolares passam a ofertar a jornada ampliada sob a perspectiva da educação integral. Contudo, o desenvolvimento dessa política faz emergir desafios evidentes para a gestão escolar, notadamente quanto à organização dos espaços destinados às atividades discentes. Nesse sentido, propomo-nos, neste texto, a refletir sobre a estruturação desses ambientes na gestão educacional. Para tanto, o percurso metodológico adotado possuiu caráter qualitativo e utilizou-se de pesquisa bibliográfica para fundamentar a discussão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Coelho (2016), os termos "tempo integral" e "educação integral" muitas vezes são interpretados como sinônimos em debates, na elaboração de documentos oficiais ou na produção acadêmica. Contudo, para a autora, o primeiro termo refere-se a uma jornada escolar ampliada que se passa na

¹ Doutor em Educação. Professor Adjunto I da Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Bom Jesus, PI, valdeneylima@bjs.uespi.br.

² Doutora em Educação. Professora Adjunta na Universidade Federal de Viçosa, UFV, Viçosa, MG. flavia.paiva@ufv.br.

escola ou em outros lugares, em articulação com o projeto pedagógico da instituição. O segundo, por sua vez, diz respeito ao trabalho educativo que entremeia as diferentes formas de conhecimentos e saberes que alicerçam, em uma perspectiva sócio-histórica, a formação humana. Tanto as ideias de tempo integral quanto as de educação integral revelam projetos de sociedade, de educação e de escola em disputa, o que nos permite desvelar os interesses ideológicos e políticos em litígio no campo educacional.

Ampliar o tempo diário de permanência dos estudantes nas escolas públicas brasileiras, seja mediante a adesão a uma política educacional ou a algum projeto específico, demanda da gestão escolar decisões sobre a organização dos espaços para a realização das atividades. Isso ocorre porque o ensinar e o aprender, na condição de atividades humanas, exigem tempo e espaço determinados para que se efetivem (Frago, 1998).

Nesse sentido, abordar o espaço no contexto do tempo integral escolar nos remete às reflexões de Santos (1996, p. 51), que o percebe sob o prisma da Geografia, indicando que este é "[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá".

Ao interpretar essa discussão, Paiva (2018, p. 127) enfatiza que o espaço se constitui a partir de dimensões físicas e estruturais, o que nos possibilita dizer que "[...] qualquer espaço possui instrumentos e signos que, direta ou indiretamente, emitem significados e ideologias [...]", de modo que a "[...] categoria não pode ser compreendida somente a partir de suas características geográficas, mas também por suas dimensões sociais, ao transmitir significados em diversos sentidos".

A organização de espaços adequados ao funcionamento das atividades na perspectiva de uma educação integral — tais como salas de aula, refeitório, laboratórios, biblioteca, espaços de convivência, ambiente para descanso dos estudantes, pátio, quadra poliesportiva coberta e sala de recursos multifuncionais — torna-se um desafio para a gestão em diferentes



escolas públicas brasileiras que ofertam o tempo integral. Essa dificuldade evidencia-se sobretudo quando se considera a inexistência ou a precariedade desses ambientes, bem como a sua utilização fora da escola, mediante a incorporação de outros espaços ditos educativos.

Considerando os formatos esquemáticos sob os quais as políticas de jornada ampliada se organizaram nos últimos anos, destacam-se, conforme as análises de Cavaliere (2009), duas perspectivas organizacionais distintas: as "escolas de tempo integral" e os "alunos em tempo integral". Especialmente no tocante aos espaços, a primeira concepção tem a escola como instituição central para a realização das atividades.

Desse modo, outras práticas, realizadas eventualmente fora do ambiente escolar, são acompanhadas pelos docentes e coordenadas pela própria instituição. A segunda concepção, por sua vez, privilegia o tempo do aluno; ou seja, o estudante permanece em jornada ampliada, mas realiza atividades em diferentes espaços educativos externos à escola, as quais podem ser coordenadas até mesmo por outros sujeitos.

Quanto a esses modelos de organização, nota-se que, principalmente nos anos 2000, ocorreu a predominância da vertente "alunos em tempo integral" nas discussões sobre o tema da educação integral em jornada ampliada (Silva, 2017). De acordo com essa perspectiva, e considerando a organização dos espaços, observamos um direcionamento para a articulação da escola com diferentes equipamentos públicos e com espaços educativos, culturais e esportivos. Interpretamos como fundamental que as práticas que não acontecem nas dependências da escola se realizem sob a sua responsabilidade e, acrescentamos, estejam integradas ao seu planejamento pedagógico, evitando-se a fragmentação e garantindo-se a própria integralidade da educação ofertada.

Além disso, é preciso avaliar o espaço externo: deve-se considerar não somente se as suas dimensões estruturais atendem aos objetivos do ensino, mas também se as suas dimensões simbólicas interferem em algum pressuposto da Educação Básica pública brasileira — a exemplo da utilização

de espaços religiosos em face da laicidade na educação (Paiva, 2018).

Prosseguindo nessa reflexão, destacamos o pensamento de Paiva (2018). A autora compreende que a utilização de espaços externos à estrutura física da instituição escolar pode, igualmente, gerar diversos entraves: dificultar a conexão entre as atividades ofertadas no espaço da escola, durante o turno regular, e as demais, realizadas em locais externos no contraturno; prejudicar o diálogo entre os professores e os monitores responsáveis pelas práticas extraescolares; protelar as reformas necessárias na estrutura física das unidades – ou até mesmo a construção de novos ambientes – para que a instituição tenha condições de atuar na perspectiva da jornada ampliada; e, infelizmente, reforçar a tese de que não é necessário destinar mais recursos financeiros para a Educação Básica pública e, diretamente, para as escolas.

Isso posto, as nossas análises concluíram que a escola se caracteriza como o espaço privilegiado para a ampliação da jornada escolar em tempo integral. A questão da infraestrutura apresenta-se, ainda, como um desafio a ser superado em médio e longo prazos, por meio de políticas que se proponham a construir novas instituições de ensino e a reestruturar as já existentes, substituindo, assim, os "puxadinhos" ou os espaços improvisados. Há que se pensar, também, que a proposta de escola de tempo integral demanda a ampliação do quadro de recursos humanos, garantindo profissionais com formação e condições de trabalho adequadas, além de recursos materiais.

CONSIDERAÇÕES

Neste texto, desenvolvemos reflexões sobre a organização dos espaços na gestão da educação integral escolar, considerando os ambientes internos disponíveis e aqueles situados fora da escola, os quais são frequentemente utilizados por meio de parcerias firmadas com outras instituições públicas ou privadas.



É inegável a importância do diálogo entre a escola e o território no qual ela se insere. Contudo, garantir um espaço físico escolar adequado para a realização das atividades em tempo integral constitui uma ação fundamental para fortalecer a nossa escola pública brasileira. Ademais, tê-la fortalecida em nossas comunidades favorece a construção de ações emancipatórias e mais democráticas.

Por fim, as parcerias – sejam elas com o setor público ou com a iniciativa privada – precisam agregar valor ao trabalho educativo. Portanto, cabe à gestão escolar coordená-las, a fim de assegurar que estejam plenamente articuladas ao projeto político-pedagógico das instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1 ago. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Lei/L14640.htm. Acesso em: 28 jan. 2026.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Escolas de tempo integral *versus* alunos em tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 51-63, abr. 2009. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2418>. Acesso em: 23 jan. 2026.

COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. Plano Nacional de Educação 2014-2024 - meta 06: estratégias para qual tempo e para qual projeto de sociedade? **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 33, 2016. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/2433/1274>. Acesso em: 23 jan. 2026.

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. In: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. p. 20-57.



PAIVA, Flávia Russo Silva. **Parcerias entre escolas públicas e instituições religiosas no contexto da educação integral e(m) tempo integral: a experiência do Programa Escola Integrada em Belo Horizonte (MG) e suas implicações para a laicidade na educação.** 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/13012>. Acesso em: 26 jan. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

SILVA, Bruno Adriano Rodrigues da. A predominância da vertente "alunos em tempo integral" nas discussões sobre o tema da educação integral em tempo integral. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, e227161, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/GKs8VBDQF4jJXThhgTgjPNs/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2026.